

CONGRESSO

PEC é aprovada em 1º turno

Centrão dá quórum para confirmar emenda das benesses eleitorais, mas Lira adia segunda votação por pane nos computadores

» TAINÁ ANDRADE
» FERNANDA STRICKLAND

Depois de aprovada em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, ontem, a PEC das Bondades — que já foi chamada de kamikaze pelo ministro da economia, Paulo Guedes — volta hoje ao Plenário, em sessão marcada para começar às 9h. Pouco antes do encerramento da primeira votação, com placar marcando 393 votos a favor, 12 contra e duas abstenções, o sistema eletrônico da Câmara parou de funcionar. Isso gerou desentendimento entre parlamentares governistas e de oposição, e obrigou o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a adiar o segundo turno da votação.

O líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), chegou a falar em “fraude” e “ataque à democracia”, mas Lira negou qualquer possibilidade de violação do sistema que registra os votos dos parlamentares. De acordo com o presidente da Casa, dois servidores de internet “caíram” ou “foram cortados” ao mesmo tempo. Mas, na visão dele, o problema tecnológico é “grave” e “não usual”. Lira acionou a Polícia Legislativa para investigar os motivos da pane.

Ele informou ainda que, como essa não foi a primeira vez que o sistema apresentou falhas técnicas, pedirá à Polícia Federal (PF) e ao Ministério da Justiça que investiguem as causas da queda do sistema de internet da Casa, que tirou do ar, inclusive o site da Câmara dos Deputados. “A apuração será rigorosa e dura com essa coincidência na Câmara dos Deputados”, disse ele, deixando no ar a dúvida sobre uma possível ação externa.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Sessão da Câmara que apreciou o pacote de bondades do governo teve muita discussão em plenário e apagão no sistema de informática

Antes do episódio, a votação ocorria em harmonia com o acordo feito entre Lira e a oposição, fechado na manhã de ontem. Lira abriu a sessão avisando que iria votar, inicialmente, a PEC 11, que institui piso salarial para a categoria da enfermagem. E marcou hora para que a votação fosse concluída, às 18h45. “Conto

com a colaboração dos líderes”, avisou. Era uma estratégia para medir a presença em Plenário.

Se houvesse quórum para aprovar a PEC 11, a PEC das bondades (PEC 15) entraria na sequência. Esse era o texto que interessava ao governo, porque viabiliza a concessão de benefícios sociais, como o aumento do valor

do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, o reajuste do vale-gás e a concessão de um voucher no valor de R\$ 1 mil a caminhoneiros e taxistas autônomos. “Tem muita gente que não está gostando do jeito que Lira está fazendo as coisas, tratorando tudo”, criticou o deputado Felipe Rigoni (União Brasil-ES).

A PEC das Bondades é a maior aposta do governo de Jair Bolsonaro, pré-candidato à reeleição, para escalar nas pesquisas de intenção de votos. E a pressa para aprovar o pacote eleitoral tem dois motivos: o recesso parlamentar, que começa na semana que vem, e o desejo do governo de iniciar o pagamento dos

benefícios já a partir de agosto, dois meses antes do primeiro turno das eleições presidenciais.

O texto obteve 407 votos a favor, quase 100 votos a mais do que o mínimo exigido para aprovação de uma mudança na Constituição, 308 votos.

Olho no eleitor

Até a oposição dava como certa a aprovação da PEC das Bondades. Com ambições eleitorais, a maioria dos parlamentares preferiu não comprar briga com o eleitor se posicionando contra uma medida que transfere renda diretamente para os mais pobres, apesar de também atender a caminhoneiros e taxistas e provocar um rombo de mais de R\$ 41 bilhões nas contas públicas.

Na opinião do economista e consultor político Vinicius do Carmo, como a PEC dos benefícios é provisória, a manobra do governo pode ser arriscada porque, mais à frente, os benefícios tenderão a se tornar uma política definitiva. “Está havendo um superávit, porém, vão torrar todo esse superávit com essas medidas apressadas e eleitoreiras. É arriscado, todo benefício temporário corre o risco de ser permanente. Se virar permanente, de onde virá o dinheiro para prolongar o benefício? É apenas inflação, não é sustentável no tempo”, alertou.

A líder do Republicanos, deputada Alê Silva (MG), defendeu a o caráter temporário das benesses e disse que “a esquerda sempre quer um pouquinho mais, quer que a PEC seja permanente, mas o governo está fazendo o que pode, com o que é viável agora para os cofres públicos”.

LDO passa sem orçamento secreto impositivo

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as regras para a elaboração do Orçamento Geral da União de 2023, foi aprovada, ontem, nas duas Casas do Congresso Nacional, com previsão de despesas que podem ir além da meta fiscal para o ano que vem. A matéria segue para sanção presidencial, marcada para 31 de agosto.

O texto aprovado marca uma vitória do presidente Jair Bolsonaro, que poderá ressuscitar uma promessa feita ao setor de segurança pública, de conceder recursos para reestruturação das carreiras da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penitenciária, além das polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Para os outros segmentos do funcionalismo público, nenhuma benesse foi aprovada.

Para 2023, o salário mínimo poderá ser reajustado em 6,33%, o que significa uma variação dos atuais R\$ 1.212 para R\$ 1.294. O percentual equivale

a variação da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sem aumento real. O PT tentou, por meio de um destaque, aumentar o salário mínimo para R\$ 1.394, mas a proposta foi rejeitada, prevalecendo o valor definido pelo Executivo.

Emendas de relator

A discussão do texto foi retomada, ontem, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), após conseguir o consenso entre os líderes partidários pela retirada da impositividade das emendas de relator (as RP9), conhecidas por subsidiar o chamado orçamento secreto, que permite a distribuição de recursos orçamentários aos deputados ditada apenas pela vontade do relator da peça orçamentária.

O acordo foi feito em uma reunião com os líderes antes da sessão do dia. A polêmica entre governistas e oposicionistas em torno da LDO, que

Waldemir Barreto/Agência Senado



Rodrigo Pacheco preside sessão que aprovou regras para o Orçamento de 2023 sem emenda de relator obrigatória

impediu a primeira tentativa de votação, na segunda-feira, foi provocada pela flexibilização do relator da matéria, senador Marcos do Val (Podemos-ES),

em relação à impositividade das RP9. Ele havia retirado do texto essa obrigatoriedade para o Executivo liberar as verbas do orçamento secreto,

independentemente da posição do Ministério da Economia na execução do Orçamento. O Centrão reagiu, porque pretendia ampliar os poderes

do Parlamento na distribuição de recursos. Por isso, a primeira tentativa de votação fracassou.

Pacheco defendeu que o mecanismo não era oportuno, pressionado pelas denúncias de tomalá dá cá nas relações de apoio do Centrão ao governo de Jair Bolsonaro. Até o início do ano, o Executivo não era obrigado a liberar a execução das emendas parlamentares, mas, a partir de uma mudança nas regras, operada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), em junho, a liberação de verbas para atender demandas dos parlamentares passou a ser impositiva. Neste ano, as emendas de relator já somam R\$ 16,5 bilhões, e podem atingir R\$ 19 bilhões em 2023.

Ainda que a obrigatoriedade tenha sido retirada do texto, o governo terá que reservar recursos orçamentários a execução das emendas na Lei Orçamentária Anual (LOA), que começa a ser debatida a partir do segundo semestre, quando terminar o recesso parlamentar. (TA)



ALEXANDRE GARCIA

MUITA GENTE ALERTA PARA O RISCO DE UMA RUPTURA INSTITUCIONAL. ESSA GENTE DEVE ESTAR EM OUTRO PAÍS, PORQUE RUPTURAS INSTITUCIONAIS ESTÃO OCORRENDO NA CARA DE TODOS NÓS

Os complacentes

O trágico incidente em Foz do Iguaçu mostra o quanto os ânimos estão acirrados por causa da eleição de outubro. Muita gente alerta para o risco de uma ruptura institucional. Essa gente deve estar em outro país, porque rupturas institucionais estão ocorrendo na cara de todos nós. A primeira foi em 31 de agosto de 2016, quando a presidente foi condenada, mas não respeitaram o parágrafo único do art. 52 da Constituição, pelo qual presidente condenado fica inabilitado de exercer função pública por oito anos. Presidia a sessão de julgamento no Senado o próprio Presidente do Supremo, Tribunal

guardião da Constituição. Depois disso, infringiram até cláusulas pétreas do art. 5º, em que direitos e garantias fundamentais foram cancelados, a despeito de o art. 60 proibir sua abolição.

Além disso, o art. 53, da inviolabilidade de senadores e deputados por quaisquer palavras, foi ignorado, assim como o art. 220, que trata da liberdade de expressão por qualquer processo e a vedação da censura. E, culminando, veio o “inquérito do fim do mundo”, assim chamado pelo dissidente ministro Marco Aurélio. Um inquérito que deixa

perplexo quem pensa que é pedra de toque do direito o devido processo legal. No inquérito, quem se considera vítima ou ofendido é quem investiga, denuncia, julga e pune, seja quem for, mesmo sem ter foro no Supremo. Tudo isso sem falar nas intromissões em outros poderes, como mandar o Senado abrir CPI ou proibir o chefe de Governo de nomear um subordinado.

Assim, preocupar-se com ruptura futura é passar recibo de alienação da realidade. E quem não fica preocupado com isso, age como o personagem do poema de Milton Niemöller, que relata que um dia levaram seu vizinho judeu, no outro seu vizinho comunista,

depois, seu vizinho católico e ele não se importou por não ser judeu, comunista e católico. No quarto dia o levaram e já não havia ninguém para reclamar. Tem gente que até torceu para levarem seus contrários, mas veja o que escreveu Eduardo Alves da Costa, in *No caminho, com Maiakovsky*. Primeiro roubam nossa flor e nada dizemos, depois, pisam no nosso jardim e matam nosso cão e não dizemos nada. Depois, o mais frágil deles entra em nossa casa, rouba-nos a luz e “conhecendo o nosso medo, arranca-nos a voz da garganta e já não podemos dizer nada”.

Enquanto for com os outros, silêncio. Mas esse silêncio cumpri-

ce também é um silêncio do suicídio de nossos direitos e liberdades. Está tudo posto na mesa; já aconteceu, já pisaram nas nossas flores, já levaram nosso vizinho. Poucas vezes gritam no Senado, onde se ouve o silêncio da omissão. O ativismo judicial se expande ante o passivismo de senadores, nos quais o medo arranca a voz da garganta. No crime de estupro, a medicina legal estuda o hímen complacente. O Ministério Público, fiscal da lei, nada diz; falam alguns professores de direito, alguns juristas, e são raríssimas as denúncias pela mídia. No Brasil de hoje, o estupro da Constituição é admitido por mentes complacentes.